.

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Desafios da Formação Docente na Educação em Tempo Integral: perspectivas para o desenvolvimento integral dos educandos

Raimundo Eugênio Alves de Lima[1]
Maria das Graças Tavares da Silva[2]
Christiane de Freitas Nunes Freire[3]
Maria Geórgia Dote Paes[4]
Antonio Leudilanio Alves Rolim[5]
Lucas Gomes Cavalcante[6]

RESUMO

Objetivamos com o artigo discutir uma abordagem pertinente aos desafios da formação docente na educação em tempo integral. De tal modo, o estudo teve como pergunta norteadora: Como a formação docente enfrenta os desafios da Educação em Tempo Integral e contribuir para o desenvolvimento integral dos educandos? Para a realização dessa pesquisa, realizamos uma pesquisa com dados contidos na tese de doutorado do autor principal desse estudo, com uma amostra de docentes do ensino fundamental dos anos iniciais, por meio de questionário aplicado no *Google forms*. Os resultados constataram a relevância para a formação docente no âmbito do ensino em tempo integral com ênfase nas práticas pedagógicas. Evidenciou-se, que os impedimentos relacionados à carência de infraestrutura na escola, à falta de materiais pedagógicos e tecnológicos, à demanda por capacitações continuadas específicas para o ensino em tempo integral, às dificuldades de adaptação de certos educandos com à jornada ampliada. Concluímos, que para alcançar a eficácia da educação de tempo integral está incorporada à formação docente, a gestão escolar, um currículo integrado, uma infraestrutura correspondente e políticas públicas que valorizem as particularidades dos docentes e dos educandos.

Palavras-chave: Formação docente. Educação em Tempo Integral. Práticas pedagógicas.

[1] E-mail: eugeniolima673@gmail.com
[2] E-mail: gracatavares.jornalista@gmail.com
[3] E-mail: chrisfreitas@gmail.com
[4] E-mail: georgiadote@gmail.com
[5] E-mail: leudilanioalves2@gmail.com
[6] E-mail: lucascavalcante10ud@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação em Tempo Integral tem assumido disposição de evidência nas políticas educacionais brasileiras, configurando-se como uma estratégia direcionada à ampliação das oportunidades de aprendizagem a promover do desenvolvimento integral dos alunos. Essa perspectiva excede o entendimento de simples ampliação da jornada escolar, abrangendo a escola como um espaço de formação humana que associa extensões cognitivas, sociais, culturais, emocionais, éticas e físicas, colaborando para a constituição de sujeitos críticos, autônomos e participativos.

Nesse entendimento, a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola deve estar associada à reorganização curricular, à diversificação das práticas pedagógicas e à construção de experiências educativas expressivas, capazes de atender às múltiplas necessidades dos educandos.

No contexto brasileiro, a Educação em Tempo Integral está regulamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos que reconhecem a educação como direito social e defendem uma formação que contemple todas as extensões do desenvolvimento do indivíduo. Recentemente, a Política Nacional de Educação Integral e o Programa Escola em Tempo Integral reforçam o acordo do Estado com a ampliação da jornada escolar articulada à melhoria da qualidade da educação pública, comprovando que o desenvolvimento integral estabelece as práticas pedagógicas planejadas, currículos flexíveis e processos constantes de formação dos profissionais da educação.

Nesse contexto, a formação docente assume papel estratégico, visto que os docentes compõem os principais mediadores do processo educativo. Assim, o implemento da Educação em Tempo Integral estabelece profissionais capazes de compreender os embasamentos dessa política, reorganizar o currículo, desenvolver metodologias diversificadas e construir lugares de aprendizagem que apreciem a participação ativa dos alunos. Dessa forma, a formação inicial e, sobretudo, a formação continuada, foco do nosso estudo tornam-se elementos imperativos para que os docentes possam enfrentar os desafios pertinentes às mudanças educacionais e responder às demandas de uma escola comprometida com a formação integral dos sujeitos. Nesse sentido, escolhemos a Desafios da Formação Docente na Educação em Tempo Integral: perspectivas para o desenvolvimento integral dos educandos.

Nessa perspectiva, destaca-se que no lócus da pesquisa foi implantado o Programa de Ensino de Tempo Integral, do Governo Federal inserido pela Rede de Ensino do município de Caucaia/Ce Brasil, para atender as necessidades dos seus professores e dos seus educandos no ensino fundamental.

Diante desse contexto, este estudo é orientado pela seguinte pergunta norteadora: como a formação docente enfrenta os desafios da Educação em Tempo Integral e contribuir para o desenvolvimento integral dos educandos? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os desafios da formação docente na Educação em Tempo Integral, discutindo suas contribuições para a organização das práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Diante disso, a pesquisa objetivou-se analisar os desafios da formação docente na Educação em Tempo Integral, discutindo suas contribuições para a organização das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento integral dos educandos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente trabalho, trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza bibliográfica, qualitativa, com dados quantitativos, a análise realizou-se em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

A Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental: fundamentos e desafios para o desenvolvimento integral

A Escola em Tempo Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental constitui uma estratégia educacional que ultrapassa a simples ampliação da jornada escolar. Sua proposta fundamenta-se na concepção de educação integral, compreendida como um processo formativo voltado ao desenvolvimento das múltiplas dimensões do estudante, cognitiva, socioemocional, ética, cultural, física e cidadã. Nessa perspectiva, o aumento do tempo de permanência na escola deve estar articulado à reorganização curricular, às práticas pedagógicas inovadoras e à valorização das experiências de aprendizagem, promovendo uma formação mais significativa e contextualizada.

Nessa perspectiva, assume relevância por obedecer ao período em que são materializados os apoios da alfabetização, do letramento, do desenvolvimento socioemocional e da construção das relações interpessoais. De tal modo, a educação em tempo integral beneficia a ampliação das oportunidades educativas por meio da integração entre os conhecimentos acadêmicos, as atividades culturais, esportivas, artísticas, científicas e de convivência social, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

Contudo, a efetivação desse modelo educacional exige mais do que a expansão da carga horária. Torna-se imprescindível a reorganização dos tempos, espaços, recursos e práticas pedagógicas, bem como a implementação de processos contínuos de formação docente que possibilitem aos professores compreender e desenvolver metodologias coerentes com os princípios da educação integral. Nesse contexto, o planejamento coletivo, a interdisciplinaridade e a articulação entre os diferentes componentes curriculares assumem papel central na construção de experiências de aprendizagem integradas.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao defender uma educação voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando competências cognitivas, sociais, emocionais e éticas. Dessa forma, a escola em tempo integral deve promover ambientes educativos que estimulem a autonomia, o protagonismo, a criatividade, a colaboração e a resolução de problemas, aproximando os conhecimentos escolares das vivências e dos contextos socioculturais dos educandos (Brasil, 2018).

Nesse cenário, a formação docente emerge como um dos principais fatores para a qualidade da educação em tempo integral.

Professores preparados para atuar em propostas pedagógicas integradoras conseguem planejar experiências que favorecem a aprendizagem significativa e o desenvolvimento humano em sua integralidade. Como destacam Libâneo (2021), Lück (2021) e Arroyo (2012), a construção de uma escola comprometida com a formação integral requer profissionais capazes de articular saberes, promover práticas colaborativas e compreender a educação como um processo permanente de transformação social.

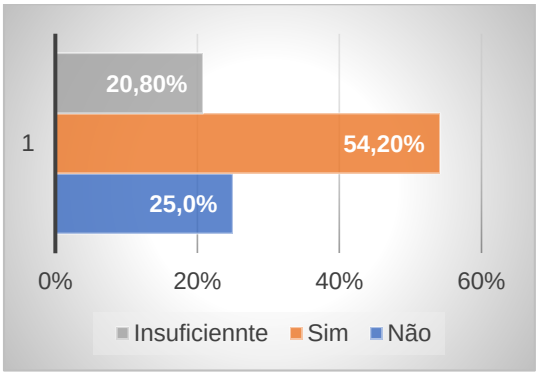
Assim, a Escola em Tempo Integral nos Anos Iniciais configura-se como uma política educacional que busca assegurar o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Contudo, sua consolidação depende do fortalecimento da gestão escolar, da formação continuada dos docentes e da construção de práticas pedagógicas inovadoras, capazes de responder às demandas contemporâneas da educação básica e às necessidades formativas das crianças.

Saberes Docentes e Práticas Pedagógicas na Educação em Tempo Integral

A formação docente no contexto da educação em tempo integral constitui um elemento essencial para a efetivação de uma proposta educativa voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essa perspectiva ultrapassa a simples ampliação do tempo de permanência na escola, demandando professores qualificados para conceber, planejar e implementar práticas pedagógicas integradas, inovadoras e articuladas às diferentes realidades educacionais. Nesse sentido, o trabalho docente deve favorecer a integração das dimensões cognitiva, social, emocional, cultural, ética e cidadã, promovendo experiências de aprendizagem que contribuam para a formação plena dos educandos.

Em face disso, com o propósito de analisar a preparação dos professores para a atuação na Educação em Tempo Integral, os docentes foram questionados sobre o recebimento de formação específica voltada a essa modalidade de ensino? Os resultados obtidos estão apresentados no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Formação continuada para atuar junto ao ensino em tempo integral



Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho com dados coletados da pesquisa (2026).

Observa-se no Gráfico 1 acima que, 54,2% dos docentes afirmaram ter recebido formação específica para atuar na Educação em Tempo Integral, enquanto 25,0% informaram não ter participado de processos formativos voltados a essa modalidade de ensino.

Além disso, 20,8% dos participantes consideraram que a formação recebida foi insuficiente para atender às demandas da prática pedagógica.

Os resultados demonstram que, apesar da maioria dos professores tenha participado de ações formativas, ainda existem lacunas significativas no processo de preparação docente. Soma- se a isso, os professores que não receberam formação específica (25,0%) aos que a consideram insuficiente (20,8%), notou-se que 45,8% dos participantes percebem entraves na qualificação para atuar na Educação em Tempo Integral. Esse percentual revela um desafio para a materialização dessa política educacional, visto que a formação docente compõe um dos pilares para a efetivação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação integral.

Esse panorama recomenda a necessidade de fortalecer políticas de formação inicial e continuada que contemplem as especificidades da Educação em Tempo Integral, sobretudo no que se refere à organização curricular, à interdisciplinaridade, ao planejamento integrado e ao desenvolvimento de metodologias que promovam o protagonismo discente e a aprendizagem significativa. A ausência ou insuficiência de processos formativos pode comprometer a implementação de práticas pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, cultural e ético dos estudantes.

Os resultados corroboram o entendimento de que a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante a efetivação da educação integral. Para que essa proposta alcance seus objetivos, é indispensável investir, valorizar a formação continuada docente oferecendo condições para que desenvolvam competências profissionais compatíveis com as demandas dessa modalidade de ensino. Dessa forma, a formação docente deve ser compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento, reflexão e ressignificação das práticas pedagógicas, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos educandos.

Os resultados obtidos reforçam a perspectiva apresentada por Moll (2022), segundo a qual a efetivação da Educação em Tempo Integral requer professores qualificados para planejar e desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, integradas ao currículo e comprometidas com o

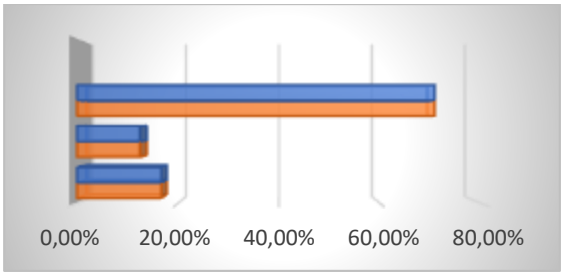
desenvolvimento pleno dos estudantes. Nesse contexto, os dados evidenciam que, apesar dos avanços na oferta de processos formativos, ainda continuam desafios pertinentes à preparação docente. Tal cenário demonstra a necessidade de ampliar e qualificar as ações de formação inicial e continuada, de modo a fortalecer as práticas pedagógicas e assegurar a concretização dos princípios e objetivos da Educação em Tempo Integral.

Contribuições do tempo ampliado para o aprimoramento das práticas pedagógicas no ensino em tempo integral

A ampliação do tempo de permanência na escola constitui uma das características centrais da Educação em Tempo Integral, pois amplia as oportunidades de ensino e aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais diversificadas, contextualizadas e alinhadas às necessidades dos estudantes. Entretanto, essa proposta vai além do simples aumento da carga horária, uma vez que pressupõe uma organização pedagógica capaz de articular conhecimentos, experiências e vivências de forma integrada. Nessa perspectiva, busca-se promover o desenvolvimento integral dos educandos, contemplando as dimensões cognitiva, social, cultural, física, emocional e ética, de modo a favorecer uma formação humana ampla e significativa.

Nesse contexto, os pesquisados foram indagados quanto ao tempo ampliado no Tempo Integral tem contribuído para melhorar suas práticas pedagógicas.

Gráfico 2 - Contribuições do tempo ampliado no tempo integral



Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho com dados coletados da pesquisa (2026).

Os dados apresentados no Gráfico 2 acima, evidenciam que 70,8% dos docentes consideram necessário um maior apoio em recursos pedagógicos para atuar na Educação em Tempo Integral. Esse resultado demonstra que a ampliação da jornada escolar, isoladamente, não é suficiente para promover melhorias nas práticas pedagógicas, tornando indispensáveis investimentos em materiais didáticos, infraestrutura, tecnologias educacionais e formação continuada.

Em contrapartida, 16,7% dos participantes afirmaram que o tempo ampliado contribui para o aperfeiçoamento

de suas práticas, ao possibilitar o desenvolvimento de atividades diversificadas, metodologias ativas e projetos interdisciplinares, favorecendo uma aprendizagem mais significativa.

Enquanto, 12,5% dos docentes consideram a carga horária exaustiva, advertindo que a ampliação do tempo escolar pode representar desafios às condições de trabalho, bem como dos educandos. Esse cenário reforça a necessidade de políticas educacionais que assegurem melhores condições de atuar, valorizar o profissional e organização correspondente do trabalho pedagógico, de modo que a Educação em Tempo Integral alcance seus objetivos com qualidade.

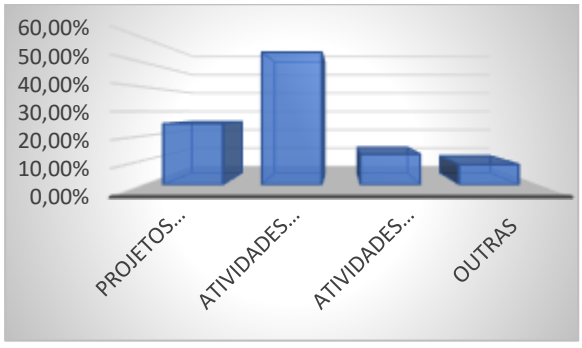
De tal modo, Moll (2022), Libâneo (2019) e Gatti (2023) defendem que a educação em tempo integral tão-somente consegue seus objetivos quando o tempo escolar ampliado é acompanhado de condições estruturais e pedagógicas que favoreçam práticas educativas inovadoras, colaborativas e incorporadas ao desenvolvimento integral dos educandos.

ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação em Tempo Integral constituem um dos principais elementos para a efetivação de uma proposta educativa voltada ao desenvolvimento integral dos educandos. Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar deve estar associada à adoção de metodologias que promovam a aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e a articulação entre os diferentes componentes curriculares. Dessa forma, a atuação docente requer planejamento intencional, inovação pedagógica e formação contínua, possibilitando a construção de experiências educativas que integrem as dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e ética dos estudantes.

Nesse contexto, os docentes foram questionados quanto as práticas pedagógicas usadas no ensino de tempo integral.

Gráfico 3 – Organização do Trabalho Pedagógico na Educação em Tempo Integral



Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho com dados coletados da pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 3 acima, as atividades lúdicas representam a prática pedagógica mais usada pelos docentes na Educação em Tempo Integral,

correspondendo a aproximadamente **50%** das respostas. Em seguida, destacam-se os projetos interdisciplinares (25%), as atividades em grupo (15%) e outras estratégias pedagógicas (10%). Esses resultados evidenciam a predominância de metodologias que favorecem a participação ativa dos estudantes e contribuem para uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A elevada utilização das atividades lúdicas demonstra o reconhecimento de que o brincar e as experiências interativas constituem importantes estratégias para o desenvolvimento integral dos educandos.

De acordo com Kishimoto (2021) as atividades lúdicas favorecem a construção do conhecimento ao estimular a criatividade, a autonomia, a socialização e a resolução de problemas, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativos. Nessa perspectiva, o lúdico deixa de ser apenas um recurso complementar e passa a integrar a prática pedagógica como elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes.

A presença dos projetos interdisciplinares e das atividades em grupo também revela a busca por práticas alinhadas aos princípios da Educação em Tempo Integral. Para Moll (2022) essa modalidade de ensino pressupõe a conexão entre diferentes áreas do conhecimento, a valorização das experiências dos estudantes e a organização de práticas pedagógicas que articulem currículo, cultura, cidadania e desenvolvimento humano. Dessa forma, o trabalho por projetos e as atividades colaborativas fortalecem o protagonismo estudantil e contribuem para uma formação mais ampla e integrada.

Embora os resultados demonstrem uma predominância de metodologias ativas, o percentual reduzido de docentes que utilizam outras estratégias pedagógicas indica a necessidade de ampliar e diversificar as práticas desenvolvidas na escola. Nesse sentido, torna-se fundamental investir na formação continuada e na disponibilização de recursos pedagógicos que possibilitem aos professores inovar suas metodologias e fortalecer a qualidade da Educação em Tempo Integral.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que a formação docente desempenha um papel fundamental na concretização da Educação em Tempo Integral, no tocante a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante a qualidade do processo educativo nem a concretização do desenvolvimento integral dos estudantes.

Os resultados demonstraram que, apesar de parte significativa dos professores tenha participado de formações específicas para essa modalidade de ensino, ainda persistem lacunas pertinentes à preparação profissional, à disponibilidade de recursos pedagógicos e às condições necessárias para o implemento de práticas pedagógicas inovadoras e interligadas.

Soma-se a isso, os dados revelaram que os docentes reconhecem a relevância de metodologias ativas, especialmente das atividades lúdicas, dos projetos interdisciplinares e das atividades colaborativas, como estratégias que beneficiam uma aprendizagem mais expressiva e alinhada aos princípios da Educação em Tempo Integral. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento das dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e ética dos estudantes, reforçando a concepção de educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e valoriza a formação humana em sua integralidade.

De tal modo, a investigação ainda apontou desafios que atêm a materialização dessa política educacional, destacando-se a necessidade de ampliar os investimentos em formação continuada, infraestrutura, recursos didáticos e apoio pedagógico aos professores.

Tais aspectos são imperativos para que os docentes possam planejar e desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas, interdisciplinares e coerentes com as demandas da Educação em Tempo Integral.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da formação docente compõe um dos principais caminhos para a melhoria da qualidade da Educação em Tempo Integral. É imprescindível que as redes de ensino promovam políticas constantes de desenvolvimento profissional, articuladas às práticas pedagógica e às particularidades dessa modalidade de ensino.

Além disso, torna-se essencial fortalecer a atuação da gestão escolar como mediadora dos processos formativos e incentivar o planejamento colaborativo entre os professores, favorecendo a construção de uma cultura pedagógica voltada à inovação e ao desenvolvimento integral dos educandos.

Diante do exposto, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre a formação docente na Educação em Tempo Integral e sirva de subsídio para a formulação de políticas públicas e ações institucionais que fortaleçam a prática pedagógica, valorizem o trabalho docente e assegurem uma educação de qualidade

social, inclusiva e comprometida com a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Dísponível em: < https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 agos. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2021.